



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

O **MUNICÍPIO DE CONTAGEM**, com sede na Praça Presidente Tancredo Neves, nº 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, CEP: 32.017-900, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.508/0001-31, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Lindomar Diamantino Segundo, doravante denominado **MUNICÍPIO** e **FUNDAÇÃO SALVAR**, criada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, via resolução PTFB Nº 18/2019, com sede na Av. Santa Rosa, 10 – Pampulha, Belo Horizonte – MG, CEP: 31.270-750, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 34.641.336/0001-55, representada neste ato, por seu Presidente, Ten Cel BM Fellipe Augusto Maciel de Faria Mota Oliveira, portador da cédula de identidade RG n.º M-11.183.056 e inscrito no CPF/MF sob n.º 054.962.556-94, doravante denominada OSC (Organização da Sociedade Civil), com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a implantação de ações de prevenção, capacitação e suporte em situações de emergência, voltadas para a comunidade escolar da Rede Municipal de Educação e Rede parceira (Creches Conveniadas) do Município de Contagem/MG. Para a consecução do objeto, as Partes estabelecem as seguintes condições de cooperação mútua:

1.1.1. Capacitação de Servidores: Realização de treinamentos e capacitações em primeiros socorros para os trabalhadores da Rede Municipal de Educação de Contagem e Instituições Parceiras (Creches Conveniadas), utilizando a estrutura física e o expertise do 2º Batalhão de Bombeiros Militar (2º BBM) e da Academia de Bombeiros Militar (ABM) - Centro de Treinamentos de Bombeiros Militar.

1.1.2. Execução de Projetos Educativos: Desenvolvimento e implementação do Projeto "Bombeiro nas Escolas", com o objetivo de disseminar conhecimentos de prevenção de acidentes e condutas em emergências entre crianças, estudantes e profissionais da educação.

a) Apoio Técnico-Institucional:

b) Apoio na formação e instrução de brigadas de incêndio em unidades escolares e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

c) Realização de palestras e atividades educativas sobre temáticas afetas à atuação do Corpo de Bombeiros.

O Objeto, bem como suas condições, consoantes ao plano de trabalho anexo, parte integrante indissociável deste ajuste (Anexo I).

1.2. O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente, ratificado pelo Titular da Secretaria Municipal de Educação, vedada alteração do objeto.

Bom A.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

2.1 São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumido por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

### 2.1.1 COMUNS DOS PARTICIPES:

I-assegurar o regular funcionamento da parceria;

II-colaborar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das atividades decorrentes da presente parceria.

### 2.1.2 DO MUNICÍPIO:

I- elaborar e conduzir a execução da política pública;

II-emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;

III-acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;

IV-prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;

V-repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

VI-manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da vigência;

VII- conferir, a cada trimestre (90-noventa dias), o relatório a ser enviado pela OSC ao MUNICÍPIO, por meio informatizado, com indicação da quantidade de ações desenvolvidas;

VIII-publicar, no Diário Oficial do Município, extrato deste termo, de seus aditivos e apostilamento.

IX-instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do Município.

X-emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;

XI-analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;

XII-analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

XIII-disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados e da CMA, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas;

XIV-viabilizar o acompanhamento, pela internet, dos processos de liberação de recursos;

XV-na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens, e/ou assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

XVI-divulgar, pela internet, os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



recursos transferidos;

XVII-realizar pesquisas por amostragem, sem caráter restritivo, acerca do perfil dos usuários dos beneficiários do Programa de formação, ou seja, trabalhadores da educação participantes das ações previstas no plano de trabalho.

XVIII-Disponibilizar o efetivo de discentes mínimo necessário para que os treinamentos ocorram conforme métricas estabelecidas no Plano de Trabalho.

**2.1.3 - OSC: Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente Termo e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:**

I-apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO e contendo, entre outros dados:

a)comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;

b)demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e

c)comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

II-prestar contas, eletronicamente, por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

III-executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

IV- zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

V-observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

VI-em caso de necessidade, a fim de garantir a execução da metas, a OSC deve responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

VII-divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

VIII-indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento; manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária da parceria, aberta junto ao Banco Sicoob Coopemg (756) Agência 4262 Conta 9.018.057-7, observado o disposto no artigo 51 da Lei federal n.13.019, de 2014;

IX-manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



- X-assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO;
- XI-utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;
- XII-permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII- responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- XIV-Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoa.
- XV-Garantir a realização das atividades de formação dos trabalhadores da educação da rede municipal de educação e instituições parceiras (Rede Conveniada) em conformidade com o Plano de Trabalho, incluindo a execução de treinamentos e capacitações em primeiros socorros utilizando a estrutura física e o expertise do 2º Batalhão de Bombeiros Militar e da Academia de Bombeiros Militar;
- XVI-Organizar os espaços formativos quando das formações presenciais garantindo os equipamentos necessários a cada etapa da formação, assim como providenciar toda a infraestrutura e recursos materiais para o desenvolvimento e implementação do Projeto "Bombeiro nas Escolas";
- XVII-Manter plataforma on-line para as etapas e cursos no formato virtual com todo conteúdo a ser disponibilizado aos cursistas durante todo o processo formativo, incluindo materiais educativos sobre prevenção de acidentes e condutas em emergências;
- XVIII-Emitir a certificação dos cursistas que cumprirem as etapas exigidas para a certificação, seja dos trabalhadores capacitados em primeiros socorros, seja dos participantes do Projeto "Bombeiro nas Escolas";
- XIX-Informar aos cursistas e a Secretaria de Educação de forma antecipada sobre as exigências a serem cumpridas para a certificação;
- XX-Providenciar o corpo instrutor qualificado e especializado para todas as atividades formativas, incluindo capacitações, palestras e atividades educativas;
- XXI-Coordenar e executar as atividades de apoio técnico-institucional, incluindo a formação e instrução de brigadas de incêndio nas unidades escolares e na sede da Secretaria Municipal de Educação;
- XXII-Elaborar e disponibilizar todo o material didático e pedagógico necessário para as diferentes modalidades de formação previstas no Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

3.1 A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Educação, através do gestor designado, com as seguintes atribuições, conforme preconizado na Lei 13.019/2014 e no Decreto Municipal 30/2017:

3.2 O gestor da parceria fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

- I-acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- II-Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



detectados;

III-emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV-disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V-comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da OSC;

VI-acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

VII-realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSC, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

VII-realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

3.3 Fica designada como gestora a Superintendente de Formação, **Bruno Henrique Silva de Abreu**, matrícula 1560438. Nomeada pela portaria seduc nº 07/2026, de 12 de fevereiro de 2026.,

3.4 O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.

3.5 Em caso de ausência temporária do gestor, o Secretário Municipal de Educação assumirá a gestão até o retorno daquele.

3.6 Em caso de vacância da função de gestor, o Secretário Municipal de Educação assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

**CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

4.1 Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único: Compõe CMA os seguintes servidores nomeados pela portaria seduc nº 07/2026, de 12 de fevereiro de 2026.

- 1- Gustavo Henrique dos Santos matrícula 202878
- 2- Jonathan Parreiras de Souza matrícula 199604
- 3- Bárbara Poliana Rodrigues Torres Versieux matrícula 1612246
- 4- Daniel Gustavo de Oliveira matrícula 1298689

4.2 A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no caput desta cláusula serão estipuladas pela CMA.

**CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

5.1 Compete à CMA:

I-homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal nº



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



13.019, de 31 de julho de 2014;

II-avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

III-analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

IV-solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

V-solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

VI-emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 O presente Termo de Fomento tem o valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme plano de trabalho em anexo.

6.2 As despesas decorrentes da parceria correrão à conta do orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

Natureza da Despesa	Ano/exercício	Valor total	Classificação Orçamentária
despesas correntes recursos vinculados – tesouro	2026	R\$ 420.000,00	1.1123.12.361.0013.2215.33504100. Fonte 22550000
despesas correntes recursos vinculados – quota salário educação	2026	R\$ 180.000,00	1.1123.12.365.0012.2064.33504100 Fonte 22550000
VALOR TOTAL		R\$ 600.000,00	

6.3. O Plano de Ação/Trabalho com o detalhamento do desembolso está anexo ao presente Termo de Fomento, em um valor global de **R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)**, à OSC Fundação Salvar - CNPJ 34.641.336/0001-55.

6.4 Os recursos financeiros de que trata esta cláusula serão transferidos à OSC na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as eventuais parcelas subsequentes apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

6.5 Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto da parceria.

6.6 Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela OSC para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

6.7 É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



7.1 Os recursos serão liberados, conforme o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

7.2 Os recursos previstos na cláusula sexta serão transferidos eletronicamente e serão, obrigatoriamente movimentados nas devidas contas-correntes:

Sequência	Banco	Agência	Conta corrente	Origem
1	SICOOB COOPEMG 756	4662	9.017.293-0	QSE

§ Sob nenhuma hipótese, haverá antecipação de pagamento.

7.3 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados ao que se destinam.

7.4 O Município se reserva o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas no art. 48, da Lei n.º 13.019/2014.

§ É vedada a utilização dos recursos provenientes deste Termo de Fomento:

1. em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, ainda que em caráter de emergência;
2. no pagamento de despesas efetuadas em data anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado;
3. na realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
4. na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
5. no pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica; na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que relacionadas ao objeto desta parceria ou previstos no Plano de Trabalho, e nelas não devem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas.

5.1 Os recursos serão liberados conforme o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho do termo aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA- DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

8.1 Durante o período de vigência desta parceria poderão ser destinados à OSC bens públicos necessários ao seu cumprimento, os quais poderão ser disponibilizados por meio de disposição constante do plano de trabalho, de permissão de uso ou de instrumento equivalente em que se transfira a responsabilidade pelo seu uso e guarda, na forma da lei.

8.2 Os bens adquiridos, produzidos ou transformados pela OSC com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

8.3 Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria serão entregues ao MUNICÍPIO, para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.

8.4 A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas, disponibilizar os bens para o MUNICÍPIO, que deverá retirá-los, no prazo de até 60 (sessenta) dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.

8.5 Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria, os bens

Bomede

7



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de notificação da dissolução.

8.6 Esta cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria, para fins do disposto no art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada no Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

9.2 Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do Processo SEI 1.12.006115/2025-0, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

9.3 A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no portal do MUNICÍPIO, permitindo a visualização por qualquer interessado.

9.4 Até que se institua a plataforma eletrônica de que trata o item anterior, referida prestação de contas e atos subsequentes serão realizados na forma indicada pela Controladoria Geral do Município, sendo utilizados, para tanto, os instrumentais disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura de Contagem.

9.5 Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

9.6 Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

9.7 A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

9.8 A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

10.1 O prazo de vigência desta parceria é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

10.2 No mínimo trinta dias antes de seu término, havendo possibilidade legal e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do MUNICÍPIO, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC e autorização do Prefeito, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

10.3 O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações do MUNICÍPIO.

11.2 É vedada à OSC a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

11.3 Caso a OSC realize ação promocional sem a aprovação do MUNICÍPIO e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

11.4 A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria, deverá apresentar o brasão oficial de Contagem, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias e poderá ser rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

12.2 Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

12.3 Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

12.4 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário ao MUNICÍPIO.

12.5 A inobservância do disposto no item anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição de demais sanções e medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto neste termo e na legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

14.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei federal n. 13.019, de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM - MG  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS  
2º Batalhão de Bombeiros Militar



OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei federal n. 13.019, de 2014.

14.2 Aplicadas às sanções previstas nesta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no sítio eletrônico do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

15.2 Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade deste último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

15.3 O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

15.4 Todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

15.5 As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.


E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

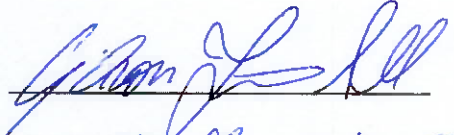
Contagem, 20 de maio de 2026.

  
Lindomar Diamantino Segundo  
Secretário Municipal de Educação

  
Ten Cel BM Felipe Augusto Maciel de Faria Mota Oliveira  
Presidente da OSC - FUNDAÇÃO SALVAR

Testemunhas:

  
Nome: Bruno Henrique Silva de Abreu  
RG: 16166844  
CPF: 09548421623

  
Nome: Gilson Junio de Souza Abreu  
RG: 19104178  
CPF: 143.120.166-90